



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 7AF37-1582D-CE49B



Decisão Monocrática 01123/2025-2

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 07918/2025-1

Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Representação

UG: PMI - Prefeitura Municipal de Irupi

Relator: Davi Diniz de Carvalho

Representante: ECOLIFE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Responsável: HANSNARA MARQUES DE ALMEIDA, DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA

Procurador: RAFAEL FERREIRA PEDROSA (OAB: 243225-MG)

**CONTROLE EXTERNO – FISCALIZAÇÃO –
REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO –
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI –
ADMISSIBILIDADE – PEDIDO DE CONCESSÃO DE
MEDIDA CAUTELAR – NOTIFICAÇÃO – PRAZO
DE 5 (CINCO) DIAS.**

I RELATÓRIO

Trata-se de representação (doc. 2) formulada pela sociedade empresária Ecolife Soluções Ambientais Ltda., em face da Prefeitura Municipal de Irupi (PMI), noticiando possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico 8/2025, processo administrativo 5135/2024, cujo objeto é a “(...) *contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de lixo contaminante classe I (...)*”.

Em síntese, alega a representante que a vedação absoluta à subcontratação no edital viola a Lei 14.133/2021, que permite expressamente a subcontratação parcial, desde que a responsabilidade pela execução integral do objeto permaneça com a empresa contratada. Sustenta que proibição integral é considerada um obstáculo injustificado, visto que o objeto licitado é naturalmente executado por empresas diversas e especializadas em cada fase. Sobre este ponto, defende que a restrição, ao favorecer apenas empresas "verticalizadas" e inviabilizar a participação de empresas regionais licenciadas, acarreta uma redução indevida da competitividade do certame.

Além disso, contesta a divisão do objeto licitado, no Termo de Referência, em três itens independentes sob o critério de menor preço por item. Alega que essa fragmentação indevida ignora a natureza complexa e interdependente do serviço de gestão de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) Classe I. Afirma que a referida divisão cria risco operacional e de descontinuidade por falta de coordenação técnica, responsabilidade solidária e mecanismos de integração obrigatória entre as futuras



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho

contratadas, comprometendo a execução e a segurança ambiental. Por isso, defende a agregação das etapas em lote único e a adoção do menor preço global.

No mais, a representante aponta suposta irregularidade na exigência de habilitação técnica do edital, que solicita a inscrição do responsável técnico conforme a Instrução Normativa (IN) IBAMA 10/2013. Argumenta que essa norma está revogada e foi substituída pela IN IBAMA 12/2021, que é a norma atualmente vigente e obrigatória. Indica que ao exigir o cumprimento de uma norma inexistente, a apresentação de documentação não mais válida e a referência a um dispositivo revogado, o edital viola o princípio da legalidade, que rege a Administração Pública, e contraria a jurisprudência consolidada tanto do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

Ao final de sua petição, requer o seguinte:

(...)

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

1. O recebimento da presente Denúncia, com sua autuação e processamento regular.
2. A concessão de **MEDIDA CAUTELAR**, inaudita altera parte, determinando a **IMEDIATA SUSPENSÃO** do **Pregão Eletrônico nº 008/2025** do Município de Irupi/ES, até que as irregularidades sejam sanadas.
3. A notificação do Município de Irupi/ES para apresentar manifestação técnica sobre os pontos levantados.
4. A análise técnica da área competente deste Tribunal, com a consequente determinação de retificação do edital para:
 - permitir a subcontratação parcial, nos termos da lei;
 - corrigir a estrutura do objeto e os mecanismos de integração operacional;
 - substituir exigências baseadas em norma revogada;
 - garantir competitividade e economicidade.
5. A apuração de eventual responsabilidade dos agentes públicos, caso confirmadas as irregularidades.
6. A comunicação ao Denunciante quanto às decisões e despachos proferidos.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho

II FUNDAMENTOS

II.1 ADMISSIBILIDADE

Preliminarmente, impõe-se verificar o atendimento aos requisitos de admissibilidade estipulados pela Lei Complementar Estadual (LC) 621 de 8 de março de 2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), notadamente os arts. 94 e 101, senão vejamos:

Art. 94. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:

I - ser redigida com clareza;

II - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

III - estar acompanhada de indício de prova;

IV - se pessoa natural, conter o nome completo, qualificação e endereço do denunciante;

V - se pessoa jurídica, prova de sua existência e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

§ 1º A denúncia não será conhecida quando não observados os requisitos de admissibilidade previstos neste artigo.

§ 2º Caberá ao Relator o juízo de admissibilidade da denúncia.

§ 3º Na hipótese de não conhecimento, a decisão deverá ser submetida ao Plenário.

(...)

Art. 101. Qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas irregularidades na aplicação da legislação que regule licitações e contratos administrativos, visando a resguardar o interesse público, sendo vedada sua interposição para amparar direito subjetivo do representante.

Parágrafo único. Aplicam-se à representação prevista nesta subseção, no que couber, as normas relativas à denúncia.

Tais disposições são, de modo correspondente, replicadas nos arts. 177, 184 e 186 do Regimento Interno do Tribunal (RITCEES), aprovado pela Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013, conforme se mostra abaixo:

Art. 177. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho

I – ser redigida com clareza;

II – conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

III - estar acompanhada de indício de prova;

IV – se pessoa natural, conter o nome completo, qualificação e endereço do denunciante;

V – se pessoa jurídica, prova de sua existência, e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

§ 1º A denúncia não será conhecida quando não observados os requisitos de admissibilidade previstos neste artigo.

§ 2º Caberá ao Relator o juízo de admissibilidade da denúncia.

§ 3º Na hipótese de não conhecimento, a decisão deverá ser submetida ao Plenário.

(...)

Art. 184. Qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal irregularidades na aplicação da legislação que regule licitações e contratos administrativos visando a resguardar o interesse público, sendo vedada sua interposição para amparar direito subjetivo do representante.

(...)

Art. 186. Aplicam-se às representações previstas nesta subseção, no que couber, as normas relativas à denúncia.

Como se vê, a legislação aplicável elenca o rol de legitimados a representar em face de licitação. No caso dos autos, vê-se que a representação é subscrita por pessoa jurídica, devidamente constituída, habilitada e representada (docs. 2 e 3), portanto, legitimada pelo art. 101, *caput*, da LC 621/2012.

Além disso, a petição inicial está redigida com clareza, apresenta informações sobre o fato (ainda que em sede indiciária) e indica a provável autoria, além de apontar circunstâncias e elementos de convicção. Constata-se, ainda, que a representação veio acompanhada de indícios de prova e que versa sobre matéria afeta à competência desta Corte. Logo, atende os requisitos de admissibilidade aplicáveis.

Destarte, estando satisfeitas as exigências legais e regulamentares para que seja admitida, conheço a presente representação, no exercício da competência



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho

monocrática assegurada pelo art. 94, §2º c/c art. 101, parágrafo único, da LC 621/2012, bem como pelo art. 177, §2º c/c art. 186, do RITCEES.

II.2 TUTELA PROVISÓRIA

No caso em exame, a representação relata a existência de possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico 8/2025, processo administrativo 5135/2024, cujo objeto é a “(...) *contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de lixo contaminante classe I* (...)”.

Em virtude da gravidade das supostas ilegalidades apontadas e da existência de pedido cautelar visando à determinação de suspensão imediata do referido procedimento, até a decisão final de mérito, entendo pertinente a notificação dos respectivos responsáveis, a fim de que tomem ciência da representação e se manifestem sobre seu conteúdo, bem como sobre as potenciais consequências jurídicas e administrativas do eventual deferimento da medida cautelar pleiteada, garantindo-se, assim, o exercício do contraditório.

Por tais razões, antes de apreciar a tutela cautelar requerida, nos moldes previstos no art. 125, §3º, da LC 621/2012 e no art. 307, §1º, do RITCEES c/c o art. 100 da LC 621/2012, decido por notificar os responsáveis para que se manifestem no prazo abaixo concedido, assim como apresentem cópia integral, em meio digital, do processo administrativo referente aos fatos narrados.

III DECISÃO

Ante o exposto, em juízo monocrático de admissibilidade, **DECIDO**:

III.1. **CONHECER** a presente representação, por restarem atendidos todos os requisitos art. 94 da LC 621/2012;

III.2. Determinar a **NOTIFICAÇÃO**, na forma regimental, com o encaminhamento de cópia da petição inicial, juntamente com o respectivo Termo de Notificação e ciência



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Davi Diniz de Carvalho

de que o conteúdo integral desta Decisão Monocrática se encontra disponível no portal do Tribunal na internet:

III.2.1.1. Da Sra. Hansnara Marques de Almeida, Assessora Jurídica da Administração e do Sr. Daniel Emerick de Oliveira, Pregoeiro do Município de Irupi, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias**, se manifestem sobre as supostas ilegalidades apontadas nesta representação, e ofereçam mais informações e documentos que entender pertinentes, inclusive, quanto às potenciais consequências jurídicas e administrativas do eventual deferimento da medida cautelar pleiteada.

III.3. Dar **CIÊNCIA** à representante, conforme o art. 125, §6º, da LC 621/2012; e

III.4. Remeter os autos à Secretaria-Geral das Sessões (SGS) para as providências necessárias.

Ressalto que o não atendimento da notificação pelos responsáveis poderá implicar em sanção de multa, conforme disposição dos arts. 135, §2º, da LC 621/12 e 391, do RITCEES.

Cumpra-se com urgência, tendo em vista a natureza do pedido cautelar.

Vitória, 4 de dezembro de 2025.

DAVI DINIZ DE CARVALHO

CONSELHEIRO RELATOR